

PSB não admite férias do Congresso este ano

23 JUN 1990

CORREIO BRAZILIENSE

O líder do PSB na Câmara, deputado José Carlos Sabóia (MA), vai requerer a convocação extraordinária do Congresso Nacional no próximo mês de julho, quando os parlamentares estarão em recesso. Ele começa a recolher, na segunda-feira, as 163 assinaturas necessárias para a convocação, caso não sejam aprovadas até 30 de junho as leis complementares da Seguridade Social e da Saúde, a lei de Proteção ao Consumidor e projetos de lei sobre regime jurídico único do funcionalismo público, juro de 12 por cento ao ano e a regulamentação da edição de medidas provisórias.

Sabóia inicia o recolhimento das assinaturas entre os partidos de esquerda (PDT, PCB,

PT e PC do B), contando ainda com o apoio do PSDB e dos setores mais progressistas do PMDB. A base para o pedido de convocação — que deverá ser encaminhado às Mesas da Câmara e do Senado — é o inciso dois do parágrafo sexto, artigo 57 da Constituição. O dispositivo estabelece que a convocação extraordinária acontecerá por iniciativa do presidente da República; dos presidentes da Câmara e do Senado, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.

O líder do PSB considera um absurdo que esses projetos não tenham sido aprovados, após quase seis meses de traba-

lho. Leis complementares como as de seguridade e da saúde são de interesse imediato.

Preocupado com o comprometimento de parlamentares a Brasília e a produção do Legislativo, o senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso Nacional, está ameaçando colocar em pauta o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias no final deste mês, a fim de segurar deputados e senadores em Brasília. A Constituição estabelece que o Congresso não pode entrar em recesso, enquanto não apreciar a LDO. O deputado Fernando Gasparian, de seu lado, está ameaçando renunciar ao mandato, em virtude da não votação da lei dos 12 por cento de juro, nos últimos meses.